

**HABEAS CORPUS Nº 501.958 - SP (2019/0092958-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : PAULO SERGIO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : O J DOS S (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício próprio por O J DOS S, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Informa o impetrante/paciente que foi condenado em primeiro à pena de 9 anos e 4 meses, em regime inicial fechado, como incurso no art. 217-A do Código Penal (estupro de vulnerável).

Diz que diante de tal constrangimento ilegal, interpôs recurso de apelação, tendo o Tribunal de origem dado provimento a fim de reduzir a pena para 8 anos de reclusão, mantendo o regime fechado.

Aduz que faz jus ao regime semiaberto, pois a pena-base foi fixada no mínimo legal e as circunstâncias judiciais foram todas favoráveis.

Requer o cumprimento de pena no regime intermediário.

É o relatório.

Decido.

Diante de impetração deficientemente instruída, uma vez que sequer apresentou os documentos necessários para verificação das ilegalidades aventadas, o feito não comporta processamento.

Tratando-se de paciente hipossuficiente e desassistido juridicamente, encaminhem-se os autos à Defensoria Pública do Estado de São Paulo para adoção das medidas cabíveis no caso concreto.

Ante o exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao impetrante.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

